Parte II - A construção da igualdade **A campanha contra a violência policial**

Edward MacRae

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACRAE, E. A campanha contra a violência policial. In: *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 283-303. ISBN 978-85-232-1998-7. <https://doi.org/10.7476/9788523219987.0016>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A campanha contra a violência policial

.....

Como se tem visto, o movimento homossexual brasileiro, da mesma maneira que outros movimentos estruturalmente similares, foi marcado por um grande fracionamento interno. Formou-se uma multiplicidade de grupos, cada um zelosamente defendendo a sua “autonomia”, contra a ingerência, não só do Estado ou de organizações com fins mais abrangentes, como partidos, sindicatos, etc., mas também de outros grupos, de finalidades e estruturas mais parecidas às suas. Eunice Durham atribui isso à dinâmica interna desses movimentos baseados no sentimento de comunidade e do compartilhamento de experiência. Como esse comunitarismo só é possível em grupos relativamente pequenos, o crescimento só pode ocorrer através de uma atuação conjunta ampliada. Essa tendência à pulverização seria agravada, ainda mais, pelo fato de que decisões, nesse tipo de organização, só podem ser tomadas por consenso, causando frequentes cisões internas. (DURHAM, 1984, p. 28)

Já vimos as dificuldades causadas pela exigência de consenso para qualquer resolução do Somos, veremos agora alguns desenvolvimentos que se seguiram ao fracionamento do grupo original em três outros grupos.

Depois da saída dos dois grupos dissidentes, os homens e mulheres que permaneceram foram tomados de sentimentos contraditórios. Por um lado, ficaram abalados com a quebra da unidade do grupo e com o seu consequente enfraquecimento, por outro, sentiram alívio com a saída de uma facção que, nos últimos tempos, se tornara extremamente incômoda, devido à sua posição política divergente. Como ficou evidente mais tarde, devido ao “vazamento” de alguns documentos internos da Convergência Socialista, tal divisão do grupo já tinha sido até cogitada e planejada por Charlie, juntamente com um ou dois de seus colaboradores mais íntimos. Estes interpretaram o ocorrido como sendo “uma opção política”.

Mas, em momento algum, os que restaram sentiram abalada a sua identidade enquanto Grupo Somos. Mesmo com a saída de tantos “veteranos” e fundadores do grupo, haviam ainda alguns que representavam a continuidade entre os atuais membros, na sua maioria recém-ingressos, e as primeiras atividades dos “tempos áureos”, do começo de 1979. A todos irritou a acusação de que o Somos havia perdido a sua autonomia e de que sua imagem externa estava “irreversivelmente associada à Convergência Socialista”. Embora muitos fossem simpatizantes do socialismo e de sua interpretação marxista para a sociedade, poucos desejavam uma ligação mais estreita entre o Somos e a Convergência Socialista. Alguns continuavam a achar essencial a autonomia do grupo, enquanto outros eram simpatizantes de outras tendências de esquerda. A sua reação foi a previsível. Convocaram outra reunião geral e tentaram restabelecer a normalidade do funcionamento da organização.

Muito mais traumatizante foi a experiência dos homens dissidentes. Uma vez lido o documento que anunciava a cisão formal do grupo, seguida por sua solene retirada do salão do Mistura Fina, os onze não conseguiram mais manter a sua altivez e entraram em profunda depressão. Dirigiram-se à Praça Roosevelt, o monstro de concreto situado nas vizinhanças da discoteca, onde ficaram sentados, em silêncio, olhando o tráfego intenso da Avenida Consolação. Passado um bom tempo, o grupo se dispersou, indo cada um para o seu lado. Alguns teriam até chorado.

Essa depressão era compreensível e esperada. Entre os onze estavam alguns dos fundadores do grupo, alguns daqueles que pouco

antes se diziam “casados com o grupo” e cujo assunto permanente de conversa era o Somos. Entre eles, estavam alguns que vinham cedendo suas casas ou apartamentos para reuniões, a tal ponto que uma ou duas dessas residências se haviam tornado sedes informais do grupo. Durante meses, eles haviam assistido a longuíssimas e, ultimamente, cada vez mais frustrantes reuniões. Como elas se sucediam várias noites por semana, aqueles que precisavam levantar cedo para trabalhar tiveram que se sujeitar a um sono de poucas horas por noite. Para a maioria, o grupo havia se confundido com seu círculo de amigos, pois era muito comum os seus integrantes perderem contato com suas antigas amizades, depois de entrar no Somos. Durante as várias reuniões que esse grupo de dissidentes havia feito para discutir a tentativa de “recuperação” do grupo, sempre houvera uma grande relutância em considerar uma possível debandada. Devido ao fato de que entre os dissidentes estavam as pessoas com os principais cargos burocráticos, até o final se acalentava a ideia de arrastar um número expressivo de militantes e manter o nome “Somos” para o grupo dissidente, deixando, a Charlie e seus simpatizantes a tarefa de criarem um outro nome e uma nova identidade.

Embora ninguém os tivesse seguido na sua saída da reunião no Mistura Fina, no dia programado para a reunião do novo grupo, vários outros simpatizantes vieram e parece ter sido aí que se resolveu formalmente abdicar de todas as pretensões sobre o patrimônio e a identidade do Somos. Adotou-se provisoriamente o nome “Ação Homossexualista”. As reuniões seguintes foram tomadas por longas análises sobre os erros cometidos e que teriam permitido tal “desvirtuamento” do Somos.

Por azar, na semana seguinte à cisão, ocorreu um incidente que iria servir como catalizador de todos os ressentimentos nutridos, tanto por um lado quanto por outro. A revista *Veja*, interessada em uma matéria sobre os movimentos minoritários, enviou um repórter para entrevistar os vários grupos homossexuais de São Paulo. Tal era o estado de espírito de todos os envolvidos na questão do Somos, que aqueles identificados com a dissidência, contrariando uma velha suspeita que o grupo sempre nutrira em relação à grande imprensa, fizeram detalhadas revelações ao repórter a respeito do “racha”.

Expuseram também seus receios sobre a atuação de Charlie, que estaria direcionada a colocar o grupo Somos – e talvez até o Movimento Homossexual – sob a direção da Convergência Socialista.

Quando o mesmo repórter entrevistou os representantes do Somos e mostrou, ao perguntar sobre a atuação partidária dentro dos grupos homossexuais, o quanto já lhe havia sido revelado, esses finalmente encontraram um bom pretexto para extravasar sua santa indignação. Usando um termo empregado inicialmente pelo próprio Charlie – e que até então nunca fizera parte do vocabulário do grupo –, começaram a acusar os dissidentes de “deduração”, alegando que nessa época a Convergência Socialista estava sofrendo violenta campanha de intimidação por parte do governo, à procura de bodes expiatórios para explicar a onda de insatisfação que se alastrava pelo país. Também foi alegado que Charlie, como estrangeiro, a exemplo de outra militante da Convergência Socialista de nacionalidade americana, poderia ser deportado a qualquer instante. Imperava um clima de intensa emoção e amargura. Até velhos amigos e antigos “casos” logo começaram a brigar entre si, só por se encontrarem em facções opostas nessa disputa.

Comprovando a já sobejamente reconhecida importância do jornal *Lampião* para o Movimento Homossexual, uma das primeiras reações, tanto do lado da Ação Homossexualista quanto do Somos, foi a de escrever cartas expondo os respectivos pontos de vista, na esperança de que fossem publicadas. De fato, embora o jornal, desde os seus primeiros números já viesse lançando ataques esporádicos contra a Convergência Socialista, *Lampião*, no seu número de junho/1980, divulgou democraticamente as três cartas, enviadas pelas mulheres, pelo Somos e pelos dissidentes.

A campanha anti-Richetti

Paradoxalmente, foi durante sua maior crise que o Somos, ou melhor, seus fragmentos, conseguiu realizar a maior prova de sua presença e atuação. Poucos dias após a divisão, as polícias militar e civil de São Paulo começaram uma ação conjunta no centro da cidade que ficou conhecida como “Operação Rondão” ou “Operação

Limpeza”. A primeira notícia que o grupo recebeu a respeito foi durante uma festa promovida pelo Somos na discoteca “Mistura Fina”. Dois integrantes do grupo, que haviam sido presos na rua e detidos na 49ª Delegacia durante mais de duas horas, apesar de estarem com todos os seus documentos em ordem, chegaram e anunciaram pelo sistema de som o que lhes tinha ocorrido.

Nos últimos meses, o clima de “abertura” e a gradual liberalização da censura haviam permitido que os homossexuais paulistanos se sentissem cada vez mais seguros, pelo menos na área conhecida como o “gueto”. Nessa época, por exemplo, foi várias vezes comentado que “São Paulo estava virando uma San Francisco”. Essa impressão era devida à proliferação de estabelecimentos orientados para uma clientela gay e à descontração com a qual homens e mulheres estavam começando a andar pelas ruas, abraçados com parceiros do mesmo sexo e, em alguns casos, até se beijando na boca. Durante essa época, também pareciam se tornar mais evidentes as travestis que, segundo se dizia, estariam tomando todos os tradicionais pontos de prostituição, deixando as prostitutas sem clientela. (PERLONGHER, 1987, p. 86)

Mas, durante este período, forças conservadoras montavam a sua reação. Órgãos da imprensa sensacionalista, como os jornais *Notícias Populares* e *Folha da Tarde*, mantinham sua tradicional postura moralista, apelando regularmente à polícia para que defendesse a sociedade contra uma série de vícios descritos em detalhes para a delícia dos leitores. A atuação dessa imprensa, muitas vezes considerado órgão oficioso da polícia, não surpreendia ninguém. Desde os seus primórdios, o Somos debatia sobre o que fazer a esse respeito, mas a novidade foi uma série de artigos publicados pelo *O Estado de S. Paulo* em que se fazia uma campanha pela erradicação das travestis, especialmente aquelas que faziam ponto em áreas residenciais de classe média alta, como a Avenida República do Líbano. Esses artigos eram de uma violência inusitada para o sisudo jornal, embora sua tônica anti-homossexual não fosse nova para a empresa onde se dizia que a família Mesquita, dona do jornal, normalmente censurava qualquer tipo de referência à homossexualidade.

Com a transferência, para a terceira Seccional (Centro), de um delegado que se tomara conhecido na década anterior por ter expulso

as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos, foi dado início a uma brutal campanha contra os frequentadores noturnos do centro da cidade. Esse delegado – José Wilson Richetti – contava com o beneplácito de seus superiores, o Secretário da Segurança, desembargador Otávio Gonzaga Júnior, e o chefe do Departamento de Polícia da Grande São Paulo, delegado Rubens Liberatori. Este também estivera envolvido na “Operação Camanducaia”, de 1974, quando menores infratores de São Paulo foram levados para os arredores de uma cidadezinha do interior de Minas Gerais e soltos nus. Alegava-se, também, que o general Milton Tavares, comandante do II Exército, dava seu apoio à operação.

Durante as primeiras semanas da campanha, a polícia passou a efetuar “batidas” no centro da cidade, em horários irregulares. Aqueles que não estivessem portando uma carteira de trabalho assinada eram levados para aguardar triagem na delegacia, onde costumemente eram obrigados a passar, no mínimo, uma noite. Em pouco tempo, conseguiu-se dispersar os homossexuais da região. Estes deixaram de ser vistos nas ruas para se concentrarem nos estabelecimentos fechados, como boates, onde pareciam gozar de uma certa imunidade. Não era somente a militância homossexual que enfrentava mudanças, toda a política partidária paulista também passava por um período de grande efervescência. O PT estava em vias de se formar e os políticos opositores viam nesse momento de “abertura” a possibilidade de deixar suas marcas, talvez pensando na campanha eleitoral de 1982. A sociedade estava bastante mobilizada e havia uma proliferação de grupos e movimentos de todos os tipos. Tanto o Movimento Negro quanto o Movimento Feminista atravessavam períodos de entusiasmo e crescimento. Nesse cenário, a proposta de mobilização contra a violência repressiva do Estado evocava uma concordância quase unânime.

As feministas, após o Encontro de Valinhos, já haviam voltado suas atenções para as questões da violência contra a mulher e da sexualidade. Formara-se, também, uma comissão encarregada da condição da prostituta. Esta havia mantido contatos com algumas dessas profissionais que já tinham organizado anteriormente protestos contra a violência a que estavam expostas. Os negros, por seu turno, haviam,

há muito, eleito a violência policial como um dos principais alvos de suas campanhas.

Neste momento, a violência, desencadeada por um organismo estatal serviu como poderoso unificador de movimentos sociais. Através dos contatos que o movimento homossexual havia conseguido com sua política de alianças, foi armada uma campanha contra o delegado Richetti e sua “Operação Limpeza”. Participaram, principalmente, os movimentos homossexuais e feministas, este, em defesa das prostitutas, mas também deram apoio o Movimento Negro Unificado, o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, alguns parlamentares, destacando-se aqui os deputados estaduais pelo PT, Eduardo Matarazzo Suplicy e João Batista Breda. Outros políticos como: Irma Passoni, Fernando Morais e Geraldo Siqueira também participaram, mas restringindo seus interesses somente à problemática feminina ou à questão de direitos humanos, esquivaram-se, nessa ocasião, de qualquer comprometimento maior com a questão da homossexualidade: Também colaboraram grupos políticos como a Convergência Socialista, os jornais *O Trabalho* e *Em Tempo*. Embora o trabalho de base fosse feito pelos grupos homossexuais e feministas, que convocaram um ato público para 13 de junho de 1980, a notoriedade pelo evento ficou com celebridades como a atriz Ruth Escobar e o pintor e membro do Conselho Editorial do *Lampião*, Darcy Penteado. Estes, quer estivessem em comissões de parlamentares, quer estivessem sozinhos, demonstraram rara tenacidade e coragem ao enfrentar o temido aparelho de repressão paulista e ao não se acabrunhar em ver seus nomes envolvidos em uma causa tão escandalosa para a época.

A campanha contra o Delegado Richetti funcionou em duas frentes. Por um lado, os grupos homossexuais, feministas e negros programaram um ato público. Por outro lado, parlamentares opositores, militantes feministas, estudantes e as celebridades Ruth Escobar e Darcy Penteado chamaram a atenção da imprensa para as arbitrariedades que estavam ocorrendo e promoveram uma convocação por parte do Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos para que o Delegado Richetti comparecesse à Assembleia Legislativa e prestasse esclarecimento sobre o que se passava.

Como não podia deixar de ser, a organização da passeata foi palco de várias desavenças, entre os fragmentos do antigo Somos. As integrantes do recém-batizado GALF – mais conhecido como LF – e o Somos concordavam na necessidade de se fazer um ato público em um lugar aberto, seguido de uma passeata. Desta ideia discordavam os integrantes da Ação Homossexualista – nesta época chamados de “chicórias” pelo Somos, pois espalhara – se o boato que uma das alternativas propostas por eles para um nome do grupo havia sido “Chicórias em Delírio”, talvez em contraposição às “Beterrabas”, os “vermelhos” do Somos. Eles propunham que se fizesse um ato público em recinto fechado, onde mais simpatizantes pudessem comparecer, sem medo de terem suas fotos estampadas em jornais no dia seguinte. Além disso, eles viam esse ato como tendo um caráter mais exclusivamente homossexual, enquanto que o Somos defendia a inclusão de outros setores discriminados, incluindo os desempregados.

Outro ponto de desavenças dessa época foi a aliança que se formou entre os grupos homossexuais paulistas Eros, Libertos e Ação Homossexualista, que se denominou “Movimento Homossexual Autônomo”. À parte o nome, que foi interpretado pelos integrantes do Somos e do GALF como uma referência direta à sua suposta falta de autonomia, o que os deixava furiosos, outro desentendimento resultou da insistência dessa frente em ter direito a três votos, mesmo que somente um de seus representantes estivesse presente nas reuniões preparatórias do evento. O MHA também se recusava a funcionar “como partido” e não aceitava tarefas que implicassem num ativismo compulsório para seus integrantes. Dizendo que um “tarefismo” exacerbado estava relegando a discussão de problemas homossexuais para um segundo plano, eles sustentavam que seus integrantes só participariam na campanha se assim decidissem individualmente.

Finalmente, concordou-se em fazer um ato público em frente ao Teatro Municipal, no dia 13 de junho, 1980, às 18:30 horas. Filipetas convocatórias foram distribuídas, entre a população em geral e também no gueto homossexual especificamente. À hora determinada, alguns representantes dos grupos organizadores falaram, perante um público composto predominantemente de homossexuais, embora algumas organizações políticas, como a Convergência Socialista, também

levassem suas faixas. Poucos militantes políticos heterossexuais, engajados na luta partidária, compareceram e nenhum parlamentar. Os negros também tiveram uma participação bastante reduzida e a única “celebridade” a comparecer foi Darcy Penteado.¹

As estimativas sobre o número de pessoas envolvidos no ato variam de 500 a 1000, o certo é que os números foram aumentando durante a passeata que se seguiu ao ato público. Essa passeata andou pela Avenida São João, parando o tráfego sem ser molestada pela polícia, e se dirigiu ao edifício Século XX, na praça Júlio Mesquita, famoso por abrigar um grande número de prostitutas. Muitas destas desceram e engrossaram a passeata que então rumou ao Largo do Arouche, centro do gueto homossexual, e depois à Boca do Lixo, área de prostituição.

Durante a passeata, palavras de ordem tradicionais eram cantadas e, muitas vezes, adaptadas para aquela situação. Outras palavras de ordem, mais insólitas, foram criadas na hora. Assim, um alegre bando, predominantemente masculino, desfilou pelo centro de São Paulo se abraçando, se beijando, rebolando, desmunhecando, “fechando” enfim, entoando palavras de ordem como as seguintes:

Arroz, feijão, abaixo a repressão.
Amor, tesão, abaixo o camburão.
O gay unido jamais será vencido.
ABX, libertem os travestis.
Lutar, vencer, mais amor e mais prazer.
O Arouche é nosso.
Abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros.
Um, dois, três, Richetti no xadrez.
Richetti enrustida, deixa em paz a nossa vida.
Ada, ada, ada, Richetti é despeitada.
Richetti é louca, ela dorme de touca.
Au, au, au, nós queremos muito pau.²
Agora, já, queremos é fechar.
Um, dois, três, quatro, cinco, mil
Queremos que o Richetti vá prá fora do Brasil.

1 Sobre a manifestação anti-Richetti e outras ações políticas de homossexuais organizados durante a ditadura. (GREEN; QUINALHA, 2014)

2 Palavras de ordem colhidas por Trevisan, publicadas no *Lampião*, p. 18, jul. 1980.

Homem com homem, mulher com mulher.
Bicha com bicha, Richetti não quer.
Libertem nossas bichas.
Libertem os travestis.
Nós somos as bichinhas do Somos“
Levando a vida a militar
De tarde nós discutimos
À noite vamos panfletar³

A passeata transcorreu calmamente, apesar de ser seguida, o tempo todo, por vários carros, obviamente da polícia. Dizia-se até que o próprio Dr. Richetti estaria lá. O único problema foi um tumulto que ocorreu nas proximidades do Hotel Hilton, já no final do roteiro, e que serviu para dispersar os manifestantes, quando estes, repentinamente acreditaram estar sendo atacados.

A reação do público que assistiu à passeata geralmente era um misto de curiosidade e riso. Houve poucas reações de agressão, a mais séria sendo o arremesso de um pesado grampeador de papéis do alto de um edifício da Avenida São João. Por sorte, ele não atingiu ninguém, pois de outra forma poderia facilmente ter causado uma morte.

Além dessa passeata “fechativa” e escandalosa, na qual predominaram os militantes homossexuais e os frequentadores do gueto, a luta contra a “Operação Limpeza” também contou com um evento mais convencionalmente “político”. Foi quando se recorreu a uma das instâncias do Estado, o Conselho Parlamentar dos Direitos Humanos que convocou o Dr. Richetti para prestar depoimento sobre suas atividades no Centro. No dia 30 de junho, este compareceu à Assembleia, acompanhado de um elevado número de policiais que eram seus amigos. No plenário estavam cerca de 300 interessados, entre partidários da “Operação Limpeza” – uma associação de moradores e lojistas do centro da cidade – e integrantes de vários grupos homossexuais e feministas integrados na campanha.

Infelizmente, os deputados compareceram muito mal preparados para os debates. Além dos oposicionistas, havia um numeroso grupo do Partido Democrático Social (PDS) que, embora minoritário no

3 Palavras de ordem recolhidas por J. D. Gaspar. Cantado seguindo a música: “Cantoras do Rádio”.

Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CPDDH), fez o possível para amenizar o interrogatório do delegado. Ocorreram alguns incidentes, como quando foram retiradas dos anais da reunião as falas de Ruth Escobar e de Darcy Penteado. O deputado Geraldo Siqueira havia proposto uma moção de censura ao delegado, assim como uma proposta de que ele fosse processado, administrativamente e penalmente, mas, quando chegou a hora da votação da moção, a maioria dos deputados, inclusive Geraldo Siqueira, haviam deixado o recinto, o que impediu seu encaminhamento.

Durante os contatos preliminares dos militantes com os deputados, ficou patente o receio que eles demonstraram de ofender as convicções moralistas do seu eleitorado. Este receio não era totalmente infundado, como ficou claro numa reportagem bastante negativa publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* que terminava da seguinte forma:

Na porta principal da Assembleia Legislativa, uma das 20 senhoras presentes criticou os deputados do Conselho dizendo que, em momento algum, quiseram ouvir o povo e perguntar como vivem as famílias nos prédios frequentados por prostitutas, travestis e trombadinhas.⁴

Em geral, a cobertura da imprensa, com exceção da *Folha de S. Paulo* e *Isto É*, foi bastante desfavorável e desrespeitosa. O *Diário da Noite*, por ocasião da passeata, falou em “Protesto das Bonecas” e insinuou que estes haviam sido iniciados porque a ação policial “desgostou alguns setores do submundo”. Por outro lado, o jornal “nanico” *Em Tempo*, publicou um artigo favorável aos homossexuais, escrito por um dos integrantes do Somos, e a *Folha de S. Paulo* deu uma cobertura de primeira página ao acontecimento.

Apesar de um momentâneo sucesso em conseguir o encerramento daquela “Operação Limpeza”, não se pode dizer que houve uma mudança mais permanente da atitude repressiva da polícia, em relação aos frequentadores das áreas conhecidas como o “gueto homossexual”, mesmo já estando no poder o primeiro governador a ser democraticamente eleito após o golpe militar, Franco Montoro, do PMDB.

4 *O Estado de S. Paulo*, 1 jul. 1980.

A política da “fechação”

Nos relatos acima fica evidente a ambiguidade das frentes de luta em que se envolvem alguns movimentos sociais e, especificamente, as organizações dos homossexuais. Se, por um lado, procuram colocar em questão a ordem social e moral vigente, por outro, ambicionam construir um espaço de legitimidade dentro dessa própria ordem.

Uma das maneiras preferidas, daqueles rotulados como homossexuais, para contestar a ordem vigente tem sido o recurso à velha tradição de “fechação” e desmunhecação, já aproveitadas anteriormente, como vimos, na contestação cultural dos Tropicalistas, Dzi Croquettes, etc. Esse método de atuação, política e satírica, por parte dos militantes homossexuais, é suscetível de várias abordagens, mas, dada a frequência de sua recorrência, não se pode ser ignorado em qualquer abordagem mais aprofundada do tema. Uma das formas interessantes e produtivas de encarar o fenômeno é vê-lo, à maneira de Goffman (1968), como uma tática para lidar com uma identidade estigmatizada.

Como ele nos mostra, o indivíduo estigmatizado, além das outras dificuldades inerentes à sua condição específica, ainda está sujeito a um permanente bombardeio de “conselhos” sobre como se portar e como encarar a sua identidade. Porém, esses conselhos são geralmente contraditórios, enfatizando ao mesmo tempo a necessidade do estigmatizado se integrar na sociedade o melhor possível e a importância dele não tentar negar o seu estigma ou o grupo de estigmatizados ao qual pertence. Dependendo da forma como ele resolve esta charada, o indivíduo será, então, considerado “alienado” ou “autêntico”. (GOFFMAN, 1968, p. 135) Mesmo que ele queira ignorar o seu estigma, sempre lhe é cobrado um posicionamento. Portanto, torna-se compreensível, especialmente da parte dos indivíduos mais auto-afirmativos, um comportamento que, ao menos ocasionalmente, enfatize a sua condição de estigmatizado. Outros indivíduos poderão optar por um modo de ação contrário, adotando a prática de camuflagem de sua condição estigmatizada. Mas Goffman (1968) nos chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, se espera que o indivíduo se identifique com o agregado de seus companheiros de estigmatização, porque este é considerado o seu grupo verdadeiro, aquele ao qual pertenceria naturalmente. Todas as outras categorias

ou grupos, aos quais o indivíduo também pertence, necessariamente, não são considerados como realmente seus. Ele não é um deles. Portanto, em termos da sua identidade de ego, ou seja, a forma como ele deveria se avaliar, a condição de “camuflado” pode ser extremamente dolorosa. (GOFFMAN, 1968, p. 139)

Não há como negar também o poder de inquietação desse tipo de comportamento que, em alguns casos, pode provocar reações violentas, como foi o absurdo do arremesso de um grampeador do alto de um edifício sobre os manifestantes. Mas esse desafio a normas, muitas vezes percebidas como naturais, pode também levar indivíduos que convivem com o estigmatizado a colocar em questão suas atitudes preconceituosas. Talvez, o mais importante alvo desse questionamento seja a concepção de que haveria um substrato de “naturalidade” para os padrões de masculinidade e feminilidade. Sontag (1966) escreveu, na década de 60, um artigo seminal *Notes on camp* que deslanchou toda uma discussão sobre o tema. Lá ela diz que “camp” – um termo difícil de traduzir, mas equivalente, grosso modo, ao nosso “fechação” ou “bichice” – seria uma “sensibilidade”, um tipo de esteticismo, uma forma de ver o mundo como um fenômeno estético, mas não em termos de beleza e sim em termos do grau de artifício e estilização. (SONTAG, 1966, p. 275) Esta forma de percepção do mundo seria uma decorrência da condição de oprimido do homossexual, que o levaria a enxergar a natureza artificial de categorias sociais e a arbitrariedade dos padrões de comportamento. A força do *camp* repousaria, em grande parte, no seu humor corrosivo e iconoclasta, disposto a ridicularizar todos e quaisquer valores. Por exemplo, por ocasião da visita do Papa ao Brasil, nos meios homossexuais, a solenidade da ocasião era frequentemente esvaziada através de referências ao luxo dos “modelitos” envergados por aquele digno personagem, e, ao vê-lo desembarcando do avião, as bichas mais tresloucadas manifestavam séria preocupação de que ele pudesse “quebrar seu salto alto”, pon-do todo o espetáculo a perder. É nesse sentido que Sontag aponta o *camp* como sendo um “solvente moral”.

Frequentemente, este tipo de “fechação” é criticado por militantes mais “sérios”, dos movimentos homossexual e feminista, os quais dizem que, além de ser uma reprodução de estereótipo, ele não levaria

a nenhuma mudança; seu humor funcionaria mais como uma forma de anestesia. O padrão de masculinidade seria mantido como um ponto fixo, em relação ao qual, as mulheres e os homossexuais masculinos reagiriam, atuando como “aquele que não é masculino”.

O que provavelmente mais irrita esses militantes é a falta de seriedade da “fechação”, pois, quando todos os valores se tornam objetos de zombaria, nem a própria militância escapa. Mas como Goffman (1968) nos lembra, quando um grupo estigmatizado resolve lutar por direitos, as reivindicações e as estratégias que propõe devem dialogar com o idioma e o sistema de sentimentos correntes na sociedade como um todo.

Seu desdém por uma sociedade que os rejeita só pode ser entendido nos termos em que aquela sociedade concebe o orgulho, a dignidade e a independência. Em outras palavras, a menos que ele possa recorrer a uma cultura estrangeira, quanto mais ele se separa estruturalmente dos normais, mais ele se torna culturalmente parecido com eles. (GOFFMAN, 1968, p. 139)

Como exemplo deste processo, é relevante notar aqui que ocasionalmente os próprios militantes homossexuais têm afirmado que a homossexualidade seria tão saudável quanto outras orientações sexuais, sem se aterem ao fato de que o conceito “saudável” remete à discussão da sexualidade, mais uma vez, ao foro médico-psiquiátrico, que eles tanto rechaçam.

Por ridicularizar todos os valores da sociedade, a “fechação” parece roubar os militantes de pontos de apoio para as suas reivindicações e talvez seja justamente essa a chave para a compreensão do seu poder, que está além da militância social, num nível existencial profundo que nos remete ao aspecto lúdico da existência. Os Dzi Croquetes diziam que não pretendiam ser levados a sério e até afirmavam que o seu público não deveria entender nada. Qualquer proposta específica de novos paradigmas sexuais, por mais “corretos” que aparentem ser, no momento de sua formulação, corre o risco de envelhecer e tornar-se tão opressivo quanto a situação anterior. O deboche, por outro lado, ressalta o fato de que, neste campo, tudo, inclusive a militância e seus novos valores, tem seu componente ridículo e absurdo. Serve,

assim, para combater o surgimento de novos tiranetes, além de ser uma maneira de reafirmar tradições associadas à homossexualidade.

Por outro lado, muitos veem a questão da homossexualidade em termos de direitos civis simplesmente. Mesmo aqueles que gostariam de revolucionar o sistema político e social vigente tendem a reconhecer que certas medidas têm que ser tomadas a curto prazo, para tornar menos perigosas ou incômodas as práticas homossexuais. Portanto, torna-se importante o estabelecimento de um espaço social legítimo para a homossexualidade. Era esse o objetivo do recurso ao apoio parlamentar na campanha contra a violência policial. Confirmando observações de Ruth Cardoso sobre a dinâmica de movimentos sociais, a militância homossexual, após um momento inicial de mobilização quando se identificaram os obstáculos e opositores a partir de um discurso radical, a continuação da campanha levou a contatos com esferas específicas do Poder Público, numa tentativa de manipular suas maneiras distintas e muitas vezes contraditórias de atuação. Como diz a antropóloga, o conjunto de órgãos públicos, apesar de submetido a orientações básicas e comuns, desenvolve políticas parciais, com objetivos diversificados e oferece à população faces bastante diferentes. (CARDOSO, 1983, p. 226) Dessa forma, os próprios contestadores são levados a legitimar o Estado sem, no entanto, conseguir a sua democratização, pois, como nos diz novamente Ruth Cardoso: “Atualmente, o Estado reconhece as associações populares como interlocutores e se torna mais flexível diante de suas demandas. Porém, as finalidades sociais e o controle de sua aplicação escapam, totalmente, ao âmbito de ação dos movimentos sociais”. (CARDOSO, 1983, p. 236)

O recrudescimento posterior da perseguição policial aos homossexuais, apesar do seu arrefecimento inicial, parece confirmar amplamente essas observações.

A atuação dos três novos grupos

Uma vez passada a euforia inicial, após a passeata e a sessão do Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, o relacionamento entre os vários fragmentos do antigo grupo entrou em nova fase de deterioração.

Um grande fator de discórdia foi o *Lampião*, que também passava por uma fase de desentendimentos internos devidos ao desenvolvimento de um conflito cada vez mais intenso entre os seus “conselheiros” de São Paulo e os do Rio de Janeiro. O jornal passou a se mostrar completamente desencantado com a militância homossexual, atacando todos os grupos, com exceção do Outra Coisa – nome definitivo adotado pela Ação Homossexualista. Seus ataques ao Somos estimularam esse grupo a tentar produzir seu próprio jornal, intitulado *O Corpo*, mas este nunca conseguiu superar o nível artesanal, com uma periodicidade irregular e uma distribuição precária. Nessa época, todos os jornais alternativos passavam por dificuldades e, depois de um certo tempo, o próprio *Lampião* deixou de circular.

Apesar da existência de sérias discordâncias entre a maioria dos grupos homossexuais de São Paulo, esses se uniram em diversas ocasiões para protestar contra a violência policial, a violência contra a mulher, para comemorar o aniversário da fundação dos grupos, etc. Houve até uma tentativa de organizar um novo Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, incluindo, desta vez, os diversos grupos nordestinos. Mas, as desavenças eram demasiadas e esse encontro nacional acabou sendo cancelado. Em seu lugar, ocorreram o Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados e o Encontro dos Grupos Organizados do Nordeste realizado em abril de 1981, em Olinda.

Refletindo o clima de desentendimento então reinante entre os grupos paulistas, somente o Somos, o GALF, a Facção Homossexual da Convergência Socialista e o coletivo Alegria Alegria, participaram do encontro paulista, realizado também em abril de 1981, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP); os outros grupos paulistas se recusaram a participar.

Nesse encontro, foi decidido que se tentaria promover manifestações no dia 13 de junho para celebrar a passeata e a campanha contra a violência policial realizada no ano anterior. Procurava-se, assim, criar uma data brasileira, equivalente ao 28 de junho, Dia do Orgulho Gay nos EUA, cuja comemoração no Brasil encontrava muita resistência da parte de alguns que consideravam a celebração de uma data americana como um sinal de colonização.

Foram feitas também uma série de indicações para atuações futuras dos diversos grupos, enfatizando a importância de se procurar uma união maior com outros setores oprimidos, como as mulheres e os negros, a necessidade de se debater a questão homossexual em escolas, sindicatos e outras entidades, sem esquecer a importância do gueto, como um espaço de interação nas lutas contra a repressão, discriminação e a violência em geral. A tônica dessas recomendações era decididamente “militante”, mas o comunicado conjunto, emitido no final do encontro, não deixou de ter um final em que se retomava um pouco a velha retórica da “luta pelo prazer”:

Finalizando, acreditamos ser importante a realização de encontros regionais e nacional, a fim de que possamos, juntos, encontrar formas de acabar com todas as padronizações que buscam homogeneizar e massificar as ideias, os desejos, o corpo, excluindo o prazer do espelho, o beijo ateu, os seios entre seios, os anseios da cor excluída, transformar, formar e transformar, criando outras formas de idealizar os sentimentos, realizar e novamente desejar os novos seios, os beijos, os olhos, o novo [...].

Apesar desse final, a ênfase maior em militância e na procura de alianças com os outros grupos oprimidos refletiam as alterações ocorridas dentro do Somos, depois da saída da maioria dos “veteranos”, defensores das antigas ideias “anarquistas”. Depois da divisão do Somos, os integrantes mais próximos das organizações marxistas pareciam ser, durante certo tempo, quase os únicos com ideias políticas mais elaboradas para apresentar aos que permaneceram no grupo. Embora ainda restassem alguns simpatizantes das antigas posições, o clima de animosidade que se criou entre o Somos e o Outra Coisa tornou mais fácil a manutenção de posicionamentos “socialistas”, uma vez que tudo que se era associado aos “veteranos” passou a ser rejeitado.

Símbolo da discordância entre os defensores das posições tradicionais e os “marxistas” foi a discussão que se travou a respeito da forma de tratamento a ser usada dentro do grupo. Alguns “marxistas” propunham o uso do termo “companheiro”, tradicional na esquerda, enquanto seus opositores se posicionavam contra esse termo, por temer que causasse confusão entre a luta homossexual e a de classe. A discussão se tornou mais confusa quando alguns passaram a concebê-la como um confronto entre as palavras “companheiro” e

“bicha”. Como já se explicou, este último vocábulo não era normalmente usado como forma de tratamento, mas, sim, como forma de designação dos homossexuais masculinos e sempre causara um certo mal-estar entre muitos dos integrantes recém-ingressos no grupo, que não se acostumavam ao seu uso não-pejorativo. Portanto, havia uma tendência a rejeitá-lo, especialmente devido ao seu frequente uso pelo jornal *Lampião*, muito identificado com os que formaram o Outra Coisa. Dentro do clima de animosidade que passou a reinar no Somos, aquelas palavras começaram a ser usadas como armas e alguns “socialistas” ocasionalmente até chamavam os que defendiam as posições “anarquistas” pela palavra “companheiro” para provocá-los. Finalmente, em uma reunião de reestruturação do grupo, realizada em agosto de 1980, ficou decidido que qualquer forma de tratamento poderia ser usada dentro do grupo, contanto que existisse consentimento entre as partes envolvidas.

Em outra discussão a respeito dos propósitos do Somos, os “anarquistas” defendiam a “luta contra o nosso machismo e o nosso autoritarismo”, enquanto os “socialistas” criticavam esses termos, por serem muito imprecisos e conducentes à rejeição de qualquer tipo de organização, pois esta ficaria sempre exposta a equiparações vagas com “machismo” ou “autoritarismo”. Em agosto de 1980, foi redigida e aprovada uma carta de princípios do Somos, na qual as posições “anarquistas” eram bastante relegadas em favor de uma maior ênfase para as ideias “socialistas”. A própria existência de uma carta como essa já era uma novidade e um questionamento da aparente abertura total a que o Somos anteriormente dizia se propor, embora nunca a tivesse alcançado plenamente.

Curiosamente, apesar da nova liderança impor certas mudanças no discurso oficial do grupo – não se falava mais em “autoritarismo” ou na aliança entre política e prazer –, a nova carta mantinha certas concepções tradicionais do Somos, apesar delas nunca terem funcionado na prática. O grupo continuava a ser dotado formalmente de um número demasiado de subgrupos com diferentes atribuições, além de se insistir na ideia de uma rotatividade dos coordenadores. Como tinha ocorrido em tantas tentativas prévias de reestruturações, o Somos continuou sob a liderança de um subgrupo formado pelos

“mais interessados”, o único a ter um funcionamento mais regular, além de alguns novos subgrupos de reconhecimento que, na prática, eram quase autônomos e tinham vida efêmera. Isso indica o quanto o Somos ainda acreditava na sua vocação aglutinadora para todos os “homossexuais conscientes”, que continuavam a ser percebidos como uma categoria única e homogênea.

Apesar de todas as mudanças, o grupo continuou a sofrer desavenças internas e, aos poucos, os antigos militantes, tanto “anarquistas” quanto “socialistas”, começaram a deixar o Somos. Uma nova liderança foi estabelecida e alugou-se uma sala, num velho prédio na Rua Abolição, 244, no Baixo da Bela Vista, perto do centro da cidade. Nessa nova sede, foram promovidas inúmeras atividades, visando o contato com os outros grupos engajados na “luta geral” e nas “lutas minoritárias”. Também se procurou desenvolver laços com o gueto, através da realização de festas, debates e da criação de um cineclube. Mas, o desenvolvimento acentuado do comércio voltado ao público gay tornava o Somos pouco atraente para aqueles interessados principalmente nas possibilidades de sociabilidade oferecidas pelo grupo. Durante esse tempo, o nível socioeconômico médio dos participantes caiu sensivelmente e o seu principal atrativo, em comparação com os novos bares, discotecas, saunas, etc., parecia ser o baixo custo de frequentá-lo. Politicamente, o Somos procurou manter-se ativo, participando dos debates da campanha eleitoral de 1982 e da campanha promovida pelo Grupo Gay da Bahia contra a classificação da homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”, adotada pelo INAMPS. Finalmente, em 1983, problemas financeiros e a dificuldade em conseguir novos membros levaram o grupo a abandonar sua sede e a se dissolver.

Já o grupo de dissidentes, que adotara o nome Outra Coisa – Ação Homossexual, buscou evitar o que considerava um ativismo demasiadamente intenso e, após fazer algumas exortações a antigos integrantes do Somos para que se juntassem a eles, resolveu se fechar, deixando de aceitar novos membros. Inicialmente, grande parte de suas energias se voltaram para um ataque constante contra o Somos, acusando-o de estar “atrelado” completamente à Convergência Socialista. Levantando a bandeira da “autonomia”, uniram-se aos grupos

Eros e Libertos, para combater a hegemonia do Somos dentro do movimento homossexual paulista. Logo, porém, essa aliança começou a se desfazer, surgindo inúmeras desavenças entre os três grupos. O Outra Coisa participou ativamente da série de campanhas, posicionando-se contra a violência policial, pela discussão da questão homossexual durante as eleições de 1982 e atuando na divulgação de informações a respeito da aids, por exemplo. Também alugaram um local para sua sede, compartilhado durante algum tempo com o GALF. Suas atividades receberam considerável cobertura da imprensa, mas foram dadas por encerradas em 1984, devido à perda de interesse por parte de seus militantes e às dificuldades em pagar o aluguel de sua sede.

Dos três grupos, o único que sobrevivia até 1988⁵ foi o grupo de Ação Lésbica-Feminista, o GALF, que, após a divisão, voltou suas atenções para os outros grupos feministas e para o gueto lésbico. Sua atuação foi importante em levar o movimento feminista a dar mais atenção à questão da sexualidade feminina e ao lesbianismo, em específico. Esse foi um importante ponto de atrito entre o GALF e outros grupos feministas, especialmente o SOS Mulher, acusado de não assumir o lesbianismo praticado por muitas de suas militantes. (PONTES, 1986)

O GALF também sofreu uma série de conflitos internos e, pouco depois de sua formação, ocorreu uma dissidência de mulheres que saíram para formar outro grupo, de curta duração, chamado Grupo Terra Maria.

As atividades do grupo foram bastante intensas, ora voltadas para o movimento feminista, ora para o gueto lésbico. O boletim *Chana-comchana*⁶ era editado esporadicamente e usado como veículo para uma maior aproximação com outras mulheres. Nele estão espelhadas algumas mudanças importantes nas concepções iniciais das militantes do GALF sobre a reprodução de papéis sexuais entre as lésbicas. Passaram a dar uma importância muito maior para a fantasia sexual e a admitir que a “linguagem erótica” não era necessariamente uma manifestação da reprodução dos papéis sexuais. Como diz Rosely

5 Data da redação original deste livro.

6 Em 1987 na busca de um público maior, o nome do boletim foi mudado para *Um outro olhar*.

Roth, uma de suas principais militantes: “Às vezes, esta linguagem erótica (roupas, gestos, maneira de se comportar na cama) é produto da fantasia sexual e, como acredito que não podemos e nem devemos padronizar as fantasias, o importante é que não se reproduza a relação de dominação”.

Em 1988, o GALF se encontrava sem sede e o número de integrantes era flutuante, mas suas atividades continuavam e suas militantes eram as únicas a se mostrarem dispostas a organizar eventos políticos declaradamente voltados à questão lésbica.

Embora o movimento homossexual brasileiro tenha entrado em sério declínio, restando pouquíssimos grupos em atividade, subsistem redes de amizades e de comunicação criados a partir deles⁷. Poucos antigos militantes manifestaram disposição para qualquer volta à atuação nos moldes anteriores. Porém, em certos momentos críticos, os membros de diversos grupos extintos têm se reunido para discutir e tentar efetuar algum tipo de mobilização da população que se identifica como homossexual. Em três ocasiões, por exemplo, formaram uma comissão para protestar contra a violência policial junto ao Secretário de Segurança do Estado e foi um grupo deles quem, em primeiro lugar, alertou as autoridades sanitárias paulistas a respeito do perigo da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), dando ensejo a uma atuação, nesse campo, pioneira no Brasil por parte das autoridades médicas paulistas. (SILVA, 1986, p. 3-23)

7 Esta situação percebida pelo autor em 1988, viria a se modificar com o passar do tempo. Atualmente o Movimento Homossexual está muito desenvolvido e visível em todo o país, especialmente durante as Paradas LGBTI.